

# **Comércio popular na fronteira Brasil – Paraguai: produção da localidade fronteiriça<sup>1</sup>**

Pâmella Rani Epifânio Soares (PPGAS/UFMS)

Álvaro Banducci Júnior (PPGAS/UFMS)

**Palavras chave:** Comércio popular; fronteira Brasil – Paraguai; translocalidade.

## **Introdução**

As cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero formam um território conurbado em que o limite se estabelece por uma faixa internacional de 13 km. A fronteira seca entre os dois países imprime características singulares a esse ambiente, em que a ausência de barreiras físicas faz o transitar entre essas cidades algo corriqueiro. Há uma continuidade entre as duas cidades, marcada pelo atravessar de uma rua, a ruptura nessa localidade não está expressa numa ordem espacial, mas institucional e política (TORRECILHA, 2013, p.151).

A cidade de Ponta Porã possui 83.747 habitantes (IBGE, 2012) e fica a menos de 350 km da capital do estado de Mato Grosso do Sul. Faz divisa com a capital do departamento de Amambay, Pedro Juan Caballero, com 108.625 habitantes (DGEEC, 2012). A cidade se destaca no país por conta de sua economia pautada no comércio reexportador, sendo um polo de atração de turistas e compradores por conta da oferta de produtos estrangeiros e dos preços, a depender do valor do dólar e da valorização do real.

O movimento e o trânsito entre as duas cidades faz parte do cotidiano de quem trabalha, estuda, faz compras em supermercados ou no comércio de importados, adquire combustível para seus veículos, utiliza de serviços de saúde e lazer. A disposição geográfica do ambiente sem barreiras físicas e fiscais facilita o transitar entre as duas cidades, as pessoas circulam sem muita preocupação com os limites nacionais, em termos de necessidade de apresentar documentações, vistos de migração etc. A

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

continuidade do espaço, estabelecida por um atravessar de rua, torna as relações dinâmicas e no comércio a circulação de pessoas se intensifica.

O objetivo deste trabalho é apresentar a partir do comércio popular, que se concentra na linha internacional, a produção das especificidades dessa localidade fronteiriça. Na linha internacional se estabelece um complexo de lojas do lado brasileiro e paraguaio, que caracterizam a paisagem e a dinâmica da fronteira. Entre 2012 e 2013 o comércio popular na linha recebeu uma nova configuração com o projeto de revitalização denominado de “Projeto Linha Internacional União de Dois Povos”, que interferiu no cenário comercial e na produção e reprodução da fronteira, uma das preocupações do projeto era de ordenar o espaço comercial nessa área.

### **A produção da localidade fronteiriça**

As cidades apresentam um fluxo de mão de obra tanto de brasileiros que trabalham do lado paraguaio quanto de paraguaios que trabalham do lado brasileiro. Os estudantes do ensino fundamental e médio paraguaios procuram as escolas de Ponta Porã e os brasileiros procuram os cursos de medicina na cidade pedrojuanina. A demanda de brasileiros pelos cursos de medicina é tamanha que nos últimos anos a cidade chega a possuir sete universidades que oferecem o curso, para estudantes que vêm de diferentes localidades do Brasil e passam a vivenciar a dinâmica fronteiriça, além de movimentarem a economia das cidades, em termos de consumo, moradia e também a estrutura do ambiente, trânsito, saúde, entre outros. O caráter universitário que têm assumido a cidade paraguaia é valorizado na visão dos comerciantes, que em tempos de alta do dólar, vêm na presença estudantil uma saída para melhoria da circulação de dinheiro entre as duas cidades, já que parte dos estudantes estabelece moradia do lado brasileiro.

O consumo de produtos e bens também dinamiza o circular entre as cidades, a compra nos supermercados, farmácias ou abastecimento nos postos de gasolina, podem variar com o valor do câmbio e levar pessoas do lado brasileiro ou paraguaio em vista do que “compensa” mais. Algumas lojas brasileiras de eletrodomésticos, calçados e roupas abrem crediário para paraguaios que residem em Pedro Juan Caballero, o que facilita a compra e se torna um atrativo.

O constante movimento na fronteira é observado através da discussão feita por Tim Ingold (2005), quando revela o descobrir-caminho, que consiste no movimento de um lugar para outro, em uma matriz de movimento chamada de região (p.77). Jones Goettert (2015) ao transitar em sua análise pela Linha Internacional entre o Brasil e Paraguai, chama atenção para um indicativo - que em minha leitura aproxima do descobrir-caminho - definido enquanto “uma série de ziguezagues de cá para lá e lá para cá, menos precisos em comparação à marcação apresentada pela di-visão entre Brasil e Paraguai” (p.23). Segundo Ingold (2005), para perceber o ambiente a partir da aproximação do todo, não é possível via simples mudança, de uma perspectiva “local e míope para uma perspectiva panóptica e global”, é o movimento realizado ao longo do caminho que pode estabelecer o conhecer.

Tim Ingold (2005) afirma que o “ator-perceptor” conhece “enquanto caminha”. A proposta do autor é acabar com uma ilusão cartográfica, do mundo representado através de um palco, por onde se desloca de um ponto a outro. É por meio dos caminhos do conhecer que podem ser elaboradas ações e percepções, onde os diferentes itinerários de habitantes unem os lugares. Por isso, a implicância do movimento entre as fronteiras é importante para observar negociações que a população estabelece na fronteira. Esse movimento entre as fronteiras é atravessado por normatizações estatais, com as quais os comerciantes se relacionam. As formas de controle e regulação do Estado definem um quadro de legalidades.

O cenário poroso é percebido entre as cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, através do mercado de importados, em vista da alta circulação de pessoas, mercadorias e informações que envolvem a “competência circulatória”, isto é, o conhecimento das pessoas para contornar “restrições, controles e fiscalizações” (TELLES, 2009, p.160). Frente a esse movimento existente na fronteira, é de se pensar na produção de uma localidade específica no espaço fronteiriço em questão, uma produção que envolve caminhos criativos em relação à concepção de regulações do Estado.

A população fronteiriça cria possibilidades para produzir e reproduzir uma localidade específica (OLIVEIRA, p.380). O que Arjun Appadurai (1997) chamaria de translocalidades “aparecem sob várias formas e enquanto uma categoria emergente de organização humana [que] exigem atenção cuidadosa” (1997, p.35). A emergência da

translocalidade é um dos desafios que a produção de localidades enfrenta, diante de um contexto de crise do Estado-nação, a partir do problema da territorialidade. Outro aspecto é que essa produção “desafia a ordem e a ordenação do Estado-nação” (1997, p.34). A produção das localidades está em conflito com os projetos de Estado-nação, porque promovem dispersão e:

Também porque a memória e as ligações que os sujeitos locais mantêm com sua vizinhança e nomes das ruas, seus caminhos e cenários urbanos preferidos, momentos e lugares para a congregação e divertimento estão sempre em conflito com as necessidades do Estado-nação de regular a vida pública. Mais ainda, é da natureza da vida local desenvolver - em parte, pelo menos, contraste com outras localidades - seus próprios contextos de alteridade (espacial, social e técnica), os quais podem não se adequar às necessidades de padronização social e espacial, pré-requisito para o cidadão-sujeito moderno (APPADURAI, 1997, p.34).

Há nessas produções e reproduções de localidade uma lógica de movimento criada pelas pessoas em vista de oportunidades econômicas, ou não, mas que aparecem em diferentes condições em que os “laços de casamento, trabalho, negócios e lazer tecem uma rede formada por várias populações circulantes.” (APPADURAI, 1997, p.35).

A produção dessas localidades desafia o Estado-nação, já que evidenciam as distintas relações que cada um possui com a territorialidade, quando colocados como coexistentes. Essas localidades elaboram novos caminhos delineados fora do isomorfismo que pressupõe a sua constituição, entre povo, território e soberania. Appadurai (1997) ressalta que, talvez a ideia de que as “fronteiras territoriais poderiam sustentar indefinidamente a ficção da singularidade étnica nacional” (p.46) tenha sido a maior peculiaridade do Estado-nação. E como notam Albuquerque e Paiva (2015) é provável que essa sustentação nunca tenha ocorrido já que ambientes fronteiriços foram marcados por “trânsitos e misturas culturais” (p.123).

As fronteiras políticas são espaços propícios para pensar relações de poder no âmbito sociocultural. Segundo Grimson (2004), as identificações das pessoas que vivem em áreas de fronteira possuem diferentes articulações e conflitos, tendo em vista a forma como o Estado nacional se apresenta nessas localidades. O Estado mantém uma força dominante na fronteira em termos de ordem e organização desse espaço e mesmo que sua presença não seja notada continua intervindo na vida dos cidadãos locais e na vida dos “outros” cidadãos (GRIMSON, 2004, p.03). Mesmo que haja crise do Estado em termos de assistência e proteção social em algumas fronteiras, os sistemas de

controle e repressão, como revela Grimson (2004), tendem a ser reforçados. O que se apresentava como tendência marcante do mundo contemporâneo globalizado, que o Estado perderia o poder de intervenção e conseqüentemente a nação e o nacionalismo, como resultado das práticas e políticas do Estado, tenderiam também a um enfraquecimento, não se realizou.

Como la nación es produto del Estado y el Estado excluyente no produce nación, prodría suponerse que la nación se encuentra en proceso de desaparición. Sin embargo, no se constata por diferentes motivos. Entre otros, podemos señalar tres motivos. Primeiro, hasta ahora no ha surgido ningún otro interlocutor equivalente que tenga legitimidad y legalidad para definir políticas de ciudadanía. Por lo tanto, los reclamos de los movimientos sociales se dirigen basicamente al Estado. Segundo, en algunos de esos procesos la identificación nacional há cumplido un papel relevante en la articulación de demandas hacia el Estado. Tercero, el espacio nacional continúa siendo um ámbito decisivo para la elaboración de la experiencia social y la generación de sentidos (GRIMSON, 2004, p.21).

Pode ocorrer uma desarticulação entre as ideias de nação e Estado. Para Grimson, porém, isso está muito distante de entrar em uma era do “pós-nacional”, aparecem novos usos da ideia de nação e são usos que podem ser considerados transnacionais. Os espaços fronteiriços têm revelado que as negociações identitárias apresentam novos sentidos para a nacionalidade (GRIMSON, 2005, p. 22). Refletir acerca da translocalidade nesses aspectos é uma possibilidade para observar até que ponto as produções específicas de um espaço fronteiriço desafiam o Estado-nação, como apontado por Appadurai (1997, p. 46).

Um erro identificado por Grimson (2004) é a ideia de que nas zonas de fronteira existe uma “cultura fronteiriça”, que ambos os lados possuem uma mesma cultura. É preciso atentar que cada cidade aciona e manipula de diferentes formas as referências simbólicas para construir determinada identificação (p.09). Grimson destaca que os elementos culturais transfronteiriços são importantes para a produção e reprodução das fronteiras simbólicas, tanto na forma como as pessoas se identificam quanto nas suas práticas. Os ambientes fronteiriços revelam, segundo o autor, que as culturas são mais híbridas do que as identificações, de modo que as práticas e os símbolos que circulam nesses espaços não devem ser associados a um território específico de modo simplista. (GRIMSON, 2004, p.15).

Para observar a composição da localidade fronteiriça, em termos de translocalidade, é importante considerar os movimentos que atravessam a fronteira. As pessoas circulam de acordo com os mais variados interesses e variadas atividades. O

traçado entre as duas cidades, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, é colocado em movimento e depende de relações e negociações, entre aqueles que circulam, como os comerciantes, com as regulações estatais, onde os limites se confundem para além de um ordenamento espacial. Os limites ficam borrados e não totalmente apagados, aparecem para além da paisagem física do ambiente, é possível percebê-los a partir das normas que regulam circulações entre os diferentes territórios, determinando legalidades e formalidades.

O movimento entre as cidades gêmeas permite novas circulações e criações para transitar, com referência em dois escopos que definem ordenamentos. Se para Tim Ingold (2005) o conhecer é possibilitado enquanto caminhamos, na fronteira Brasil – Paraguai uma das formas de conhecer os limites espaciais e estatais é pelo atravessar cotidiano, de um lugar para outro, entre lado brasileiro e paraguaio, onde a fronteira não encerra as relações. Os limites são desafiados, pois produzem novos caminhos e dinamizam o cenário urbano, relacionado também às práticas de poder que permeiam a realidade fronteira e caracterizam distinções entre as localidades.

### **Comércio popular nas cidades gêmeas**

As cidades gêmeas apresentam especificidades por conta dos fluxos de trabalho, comércio, estudo e serviços. Como afirma Lamberti (2006) “uma das expressões das relações comerciais na fronteira é a atividade reexportadora” (p.39). A reexportação que se caracteriza a partir de mercadorias produzidas em outro país que tem entrada num segundo país para serem vendidas a um terceiro. O comércio nas regiões de fronteira, entre as cidades gêmeas, é uma prática comum “e deriva tanto do fluxo de bens e pessoas, como das possibilidades de usufruir as facilidades decorrentes das diferentes normas e legislações proporcionadas pela existência de dois estados – nacionais” (LAMBERTI, 2006, p.42). Diferente das regiões do interior do Paraguai as regiões de fronteira são orientadas ao mercado, já que há uma oportunidade maior de ingressar nele através do comércio. Nas regiões de fronteira, como no departamento de Amambay “además de la informalidad, han ido tomando cuerpo actividades ilícitas como el comercio de armas y drogas” (MAIS; PENNER; DIETZE, 2000, p.17).

Pedro Juan Caballero detém essa função de fazer com que mercadorias globais circulem (LAMBERTI, 2007), provenientes de diferentes localidades e que podem se adequar a categoria de ilícitas como mencionado acima. Destaca-se na cidade paraguaia o comércio de importados e em Ponta Porã outros serviços como de hotéis, restaurantes, bares que se beneficiam com o turismo de compras em decorrência do interesse de brasileiros nos produtos importados (roupas, cosméticos, eletrônicos, etc), as duas cidades se beneficiam economicamente.

No centro comercial da cidade se organiza o comércio de importados pedrojuanino, estabelecido nas três primeiras ruas, Dr. Francia, Mariscal Lopes, Carlos Lopes e nas ruas transversais onde circulam os turistas. Nas ruas que sucedem se estabelecem os demais serviços que atendem a população pedrojuanina. Na região central de Ponta Porã, entre a Av. Marechal Floriano e Av. Brasil, nas proximidades do limite internacional se concentra lojas de eletrodomésticos, roupas, calçados, óticas, escolas, padarias.

A linha internacional se caracteriza por ser palco de diferentes práticas comerciais, concentram-se ali vendedores ambulantes e aparece “associada ao comércio de drogas e prostituição” (LAMBERTI, 2007). A partir da década de 90 o aumento do lucro no comércio de importados atraiu não só turistas como também um alto número de sacoleiros. Estabeleceu-se uma nova dinâmica no comércio e nesse período os vendedores ambulantes ocuparam as primeiras ruas do lado paraguaio bem como os comerciantes que se instalavam nas *casillas* (BANDUCCI JR, 2012, p. 39). As *casillas*, na sua tradução para português se aproxima de casinhas, são bancas de metal, fixadas na rua ou na calçada, onde se comercializavam diferentes produtos, eletrônicos, roupas, acessórios.

A linha internacional tem sua paisagem alterada com o projeto de revitalização. O Shopping Calçadão Mercosul (SCM) que comercializa roupas, celulares, eletrônicos, cosméticos, entre outros, mantém o funcionamento no mesmo local, com um número reduzido de boxes, 165. O SCM passou a dividir o espaço da linha com um complexo de lojas construído a partir da revitalização, destinado para aqueles que realizavam vendas nas ruas e calçadas, dos dois lados da linha.

Esse complexo de lojas surge a partir do projeto realizado de modo conjunto entre a prefeitura de Ponta Porã e a Municipalidade de Pedro Juan Caballero. Com o

apoio financeiro da União Europeia, cada um dos municípios ficou responsável pela elaboração da obra, cujo padrão arquitetônico é único. Do lado pedrojuanino a obra recebeu o nome de “*Casillas Comerciais*” e em Ponta Porã a obra foi inaugurada com o nome de “Centro Comercial da Fronteira” (CCF). Ainda que o projeto de revitalização tenha sido realizado em conjunto, os municípios não desenvolvem um acompanhamento comum do espaço, sendo que coube a cada prefeitura instituir normas de funcionamento do local. Por mais que as lojas compartilhem o mesmo complexo do lado brasileiro da divisa e do paraguaio, elas apresentam distinções no seu funcionamento.

O Centro Comercial da Fronteira em Ponta Porã funciona com 160 boxes, onde há roupas, lingerie, bolsas, bonés e acessórios variados, banca de livros usados e lanchonetes, dispostas numa espécie de praça de alimentação. As *Casillas Comerciais* do lado paraguaio vendem roupas, calçados, eletrônicos, acessórios e, na sua maioria, os mesmos produtos das “lojas grandes”, os proprietários desses espaços são vistos como aqueles que vendem produtos de segunda linha. Há ainda, nesse mesmo espaço, as *casillas* especializadas na venda de alho. A soma total de *casillas* é hoje 450.



Foto 1: Ao lado esquerdo está o espaço construído para as antigas casillas (PY) e ao lado direito algumas lojas que foram desativadas do Shopping Calçadão Mercosul (BR). (Foto: Pâmella Rani, 2015)





Foto 2: Centro Comercial da Fronteira (BR) (Foto: Pâmella Rani, 2018); Foto 3: Casillas Comerciais (PY) (Foto: Pâmella Rani, 2015).

### **Projeto de revitalização da linha internacional**

O “Projeto Linha Internacional União de Dois Povos” foi elaborado no ano de 2008 através de um trabalho conjunto dos municípios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero e recebeu financiamento da União Europeia através do programa URB-AL III com apoio da ONG espanhola “Paz y el Desarrollo”. A proposta da obra era a construção de 500 boxes, espaços comerciais, do lado paraguaio e mais 200 do lado brasileiro. Os resultados esperados no projeto: 1) o fortalecimento dos direitos e obrigações da sociedade civil fronteiriça; 2) fortalecimento do sistema de gestão dos dois municípios; 3) reurbanização da infraestrutura da faixa de fronteira; 4) sensibilização e intercâmbio de experiências entre União Europeia e América Latina. (EUROPEAID/126818/C/ACT/ RAL, 2008). Como observa Torrecilha (2013), ainda que o projeto seja pontual “a comunidade local se mobilizou para esse fim e se sentiu sujeita nesse processo em uma fronteira tão estigmatizada” (p.157).



Imagem 1: Projeto de revitalização da linha internacional (Fonte: Roteiro Turístico Hotel Park Herval – PP, 2018).

A partir do início dos anos de 1990, o comércio de produtos importados ganhou força em Pedro Juan Caballero. Foi um momento em que as ruas da cidade foram ocupadas pelas *casillas* e por vendedores ambulantes.

A proliferação das *casillas* foi de tal ordem que rapidamente formaram verdadeiras galerias nas calçadas, diante das antigas lojas, impedindo, em alguns locais, o acesso dos pedestres às ruas. Em pouco tempo começaram a atravessar a via pública, instalando-se no canteiro central que separa os dois países. No mesmo ritmo ocuparam o espaço posterior a esse pavilhão de alumínio, abrigando outro bloco de lojas, voltadas agora para o lado brasileiro da divisa, ainda que em território paraguaio. Na década de 1990, no mesmo canteiro, apenas que na porção brasileira, é construído um núcleo comercial semelhante às *casillas*, transformando a linha divisória, antes espaço de livre circulação entre os dois países, em um corredor de comércio de camelôs. (BANDUCCI JR, 2012, p.40)

No período de funcionamento das *casillas*, localizadas nesses espaços instalados na rua, os proprietários pagavam uma taxa para a municipalidade paraguaia semestralmente, o que é chamado de patente, o que garantia uma licença para a permanência dos *casilleros* com suas vendas. Nesse período a preocupação inicial para se instalar e levantar uma banca de alumínio não era a licença na prefeitura, o importante era encontrar um espaço disponível sem uso, para vender ou alugar, e “arrumar” o dinheiro inicial para comprar a mercadoria. Dar um jeito de arrumar o dinheiro perpassa por algumas situações do cotidiano dos *casilleros* e um dos meios

para isso é recorrer a empréstimos com agiotas, é uma prática reconhecida como mais acessível e rápida, onde o pagamento na maioria das vezes é feito diariamente.

Antes disso [da revitalização] cada um pra si, deus pra todos. Cada um vinha... que nem esse local do espetinho, nós mesmos que abrimos, cada um abria o seu cantinho. Vinha ali, quando amanhecia no outro dia já tava ali com a venda, outro com isopor, outro com refrigerante, era assim. Aqui tinha mesmo uma época que falava que era terra de ninguém, agora não sei, agora tem dono né? Porque tá todo mundo instalado e paga né? Agora não é mais terra de ninguém, todo mundo tem o seu localzinho, tudo bem organizado. Os impostos têm que tá em dia e fica melhor assim. Você sabe que eu acho melhor assim! (Marta<sup>2</sup>, 64, PJC, 2018)

O acesso aos espaços não necessariamente dependia do aval da municipalidade. No entanto, no período de transição das *casillas* instaladas na rua os comprovantes de pagamento da patente eram fundamentais e no caso o titular que poderia conseguir um espaço na obra de revitalização. Foi um momento em que os *casilleros* fizeram o possível para conseguir documentação, aqueles que alugavam o ponto de outra pessoa tentaram conseguir no próprio nome, sem ter êxito.

No fim não deu certo. Eles não me deram a mesma loja que tava a dona, eles me distanciaram um pouquinho mais pra cá e aí foi perdendo, perdendo. O que eu fico indignada, é que eu sei que tem pessoas que compraram o lugar, isso que eu fico com raiva porque se fosse pra dar pra todas as pessoas que estavam aí, era diferente. Mas tem pessoal que compra uma banca e coloca outra pessoa pra trabalhar, aluga... eles se lucra com esse lugar, pessoa de dinheiro, pessoa que tem loja grande e é empresário e tem banca aí, por mim tinha que tirar esse daí e dar pro pessoal que trabalha assim. (Beatriz, 34, PP, 2018)

No total foram construídos oito pavilhões de *casillas*. Cada um deles possuía um *casillero* representante nas reuniões com municipalidade de Pedro Juan Caballero no período das obras. A ideia discutida nas reuniões, segundo os *casilleros*, era de que o ponto seria o mais próximo possível de onde a casilla estava localizada na rua, para que houvesse uma correspondência. A licenciada da “Inspección” de Pedro Juan Caballero responsável na cobrança do imposto pago pelos *casilleros* destacou que a distribuição foi feita via sorteio, a partir de um senso de dois anos realizado pelo município que acompanhou quem de fato trabalhava. A distribuição dos pontos pela fala dos interlocutores não se valeu apenas dos sorteios, tendo em vista que algumas pessoas utilizaram de um bom relacionamento com o representante dos pavilhões nas reuniões com a municipalidade para se valerem das melhores localizações. Em termos de como

---

<sup>2</sup> Nem todos os/as interlocutores/as autorizaram o uso de seus nomes na pesquisa, portanto para preservar o anonimato de todos(as) serão utilizados pseudônimos.

foi feita a distribuição das *casillas* e quais pessoas conseguiram o espaço não há um consenso, há aqueles que acreditam que foi por sorteio, que os representantes influenciaram na localização das bancas, passando para as pessoas mais próximas os “melhores” pontos e como diz Beatriz, há aqueles que acreditam na compra dos pontos, por parte de lojas grandes do comércio de importados que compraram mais de um espaço.

Otávio é paraguaio e vende alho há 30 anos no comércio da linha. Começou como *mesitero*<sup>3</sup>, as mercadorias ficavam expostas numa mesa e como ele explica, a noite recolhia toda a mercadoria junto da mesa para levar para casa, já no outro dia montava tudo novamente, aos poucos foi conseguindo construir sua *casilla*. Ele vendia alho num ponto que considerava bom, pois tinha visibilidade e foi onde fez a sua freguesia. Durante a distribuição dos novos espaços o ponto entregue a ele estava localizado no meio do pavilhão e não mais próximo à esquina que sua banca estava anteriormente. Otávio tentou por um tempo permanecer vendendo no local, porém os fregueses não o encontravam e o movimento caiu. A saída encontrada por ele foi voltar a vender na rua, próximo a um canteiro na linha onde voltou a expor sua mercadoria na mesa, junto ao alho passou a vender também cigarros. Na visão de Otávio, há também uma desconfiança no modo como foram distribuídas as *casillas*. Para ele, envolveram trocas de favores, relações pessoais e de poder econômico.

O fato da localização se destaca como parte da dinâmica para a venda dos produtos para que possam ser vistos e encontrados por aqueles que já são fregueses. Como o formato e tamanho das bancas mudaram o modo de organizar os produtos no interior da loja também. Os espaços padronizados possuem um tamanho de 2,5 metros por 3 metros e Antônio (49, PJC, 2018) lembra que o tamanho reduzido foi um dos medos da mudança. Ele se refere ao espaço como uma caixinha de fósforo “en el comparación a que teníamos antes, entonces eso fue uno de los primeros miedos de la gente de en 'como vamos hacer, en el lugar muy chico', así entonces el proyecto se fue adelante con la presión de las autoridades”.

---

<sup>3</sup> Na pesquisa de doutorado de Rabossi (2004), realizada no comércio de Ciudad del Este, *mesitero* aparece como o modo que vendedores de rua são chamados, “com suas mercadorias colocadas sobre suas *mesitas* (diminutivo de mesa, estruturas desmontáveis de madeira) ou sobre caixas e outras estruturas permanentes que instalaram na vereda” (p.57).

Ainda que nem todos concordassem com a mudança, o projeto prosseguiu, a preocupação se dava porque os espaços anteriores eram construídos de acordo com a demanda do proprietário, conforme suas condições financeiras para ampliar e reformar. No espaço menor essas possibilidades se reduziram, ainda que os proprietários tivessem liberdade para colocar pisos, pintura, fizeram ou não depósito na parte mais alta da loja (já construída com essa ideia) de acordo com o capital disponível para investimento.

Só que ficou bem melhor aqui o espaço, só que muita gente reclamou. Assim o brasileiro, falou que 'paraguai ficou esquisito, [...] não sabe onde tá tal coisa, que eles se acostumaram naquela bagunça, né? Mas mesmo assim eles viam de longe o produto pendurado. E então, agora um ficou desse lado o outro pra outro. As pessoas ficavam tudo perto um do outro, ficou outro na outra ponta, outro quarteirão né? Só que daí eu fui pedir licença pro prefeito né, pra mim tentar ajeitar bem bonitinho né, minha banquinha, aí ele me autorizou e aí eu montei pendurado. Porque eu deixei tudo pra dentro também quando eu comecei as minhas coisinhas. Só que o povo não se acostuma igual ao shopping, o Planet, que pegam um carrinho e andam pelo shopping né, e vê tudo o que tá lá dentro, né? Só que aqui o brasileiro se acostumou a ver com os olhos, pendurados e mexer. Então eu fui pedir licença, aí eu ia fazer de um jeito pra não atrapalhar onde é a calçada, o pessoal anda e pra não tropeçar com a cabeça também, né? Aí ele autorizou (Julia, 35, PJC, 2018).

Colocar os produtos para o lado de fora foi uma estratégia adota pela maioria dos *casilleros*, de modo que os corredores ficaram tomados por manequins com roupas, prateleiras de calçados, mesas com eletrônicos, exigindo atenção daquele que caminha para não tropeçar em algum objeto.

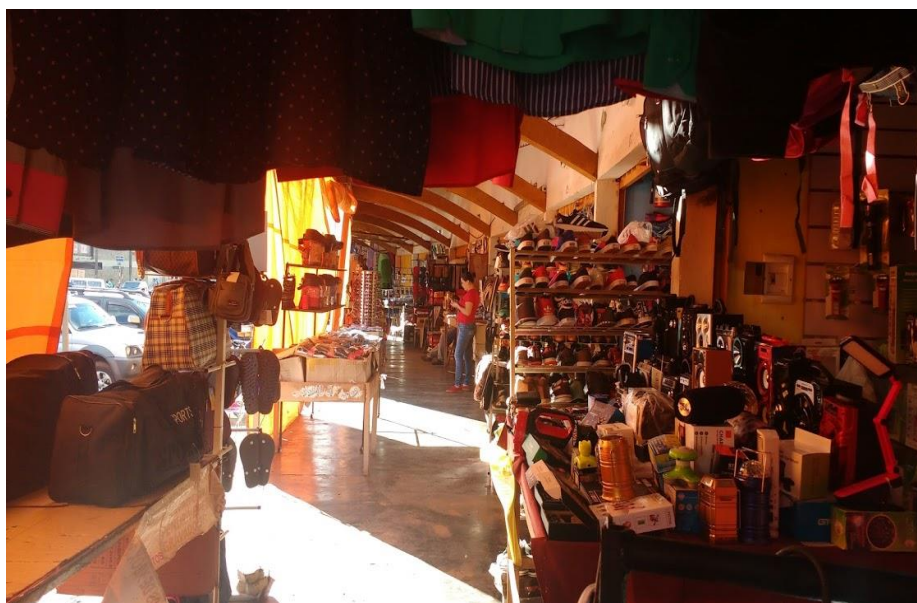


Foto 4: corredor das casillas comerciais em PJC (Foto: Pâmella Rani, 2018).

O modo como é denominado o novo espaço varia no ambiente, ainda que na sua maioria permanece sendo chamado pelos proprietários de *casilla*, . Há uma mudança no status, para Julia box é mais “chic”, enquanto Antônio afirma que *casillero* ainda é falado, mas agora é comerciante, já que “és legal, verdad?! comerciantes y ya no informales. Comerciantes formalizados y todos tienen que pagar patente, todos tienen estar segun las reglas de la ordenanza”.

A ideia de comerciante nessa situação aparece atrelada à de formalidade que o novo espaço trouxe. A taxa paga para a prefeitura aumentou em relação ao momento em que se estava nas calçadas e canteiros, mas ainda assim era pago um valor pela utilização do local. Aparece junto a isso o fato do lugar ser “organizado”, “bonito”, “limpo” em contraposição ao que muitos viam como uma espécie de “favelinha”, “feio”, “sujo” e “desorganizado”. O espaço passa a ser encarado de uma outra maneira e mostra uma imagem legitimada a partir da formalidade e da legalidade garantida por meio do pagamento.

As *casillas* são espaços cedidos pela prefeitura e em vista de não pagamento da patente, em caso do espaço ser alugado ou vendido para uma terceira pessoa, os locais podem ser solicitados novamente pela prefeitura. As fiscalizações realizadas, segundo a funcionária responsável na municipalidade de Pedro Juan Caballero, acompanham se o *casillero* que possui o nome na patente está de fato no local, se as *casillas* estão abertas, caso estejam fechadas, são realizadas notificações e em caso de falta de pagamento da patente são realizadas negociações. A funcionária responsável apontou que não houve casos de pessoas que perderam suas *casillas* por conta de algum problema com a fiscalização. O *casillero* Antônio, diante da possibilidade da prefeitura retirá-lo do local por falta de pagamento, afirma que pagar a taxa cobrada pela prefeitura é preciso para outras questões formais, porque na realidade o espaço é propriedade dos *casilleros*:

el problema és que esto se establecio la ayuda vino, la ayuda internacional vino, para que cada ocupante, cada casillero, así se decía antes, cada comerciante, ocupante, é... se hay la estructuración pero para nosotros, nos és propiedad del estado, ni del municipio... esto és nuestro, solo que con algunas reglas, verdad?! justamente porque hay gente que se dice que... no hay... no estas oficialmente, no hay ningun comprovante ni nada, pero que cuestan diez mil dolares, inclusive 15 mil dolares así alguns pagaran por un espacio allí, eso no estas comprobado pero hay gente que dice que... distintos precios que se venderan lo lugar o se aquila. Entonces el tema de la presión de la municipalidad, por ejemplo, para que estea organizado o porque se paguen las patentes o para que... si tu no paga la patente tampoco le dan la patente, en algun momento tienes que pagar porque vas necesitar para tu

cuenta en banco, para tu cuenta en comprar marcaderia a plazos, para otras cosas necesitas el documento (Antônio, 49, PJC, 2018).

A questão que apareceu entre os interlocutores foi sobre seus reais direitos como proprietários: se é deles de fato o estabelecimento, por que não poderia então vender ou alugar o espaço, se quem o mantém é o *casillero*? Em caso de uma *casilla* que não pode mais ser mantida por um *casillero*, seja por motivo financeiro, familiar, ou qualquer outro, depois de investimentos e tempo gasto, porque não poderia vender, como questionou Antônio, se isso seria justo. A ideia de o que é justo ou não permeia as espacialidades e a forma de manutenção, as hierarquias estabelecidas não apenas entre um poder estatal e os comerciantes, como também entre os próprios comerciantes, a partir da dinâmica de influência nas relações e do próprio poder aquisitivo, além das nuances de nacionalidades e espacialidades no comércio.

A dinâmica de ocupação dos espaços na rua funcionava de modo diferente. Por mais que a municipalidade de Pedro Juan Caballero cobrasse uma taxa dos *casilleros*, o ordenamento do espaço não correspondia a uma normatização do município. Eram a partir das negociações entre os próprios comerciantes que se formalizavam as vendas, aluguéis das bancas, ou a construção de novas bancas nos espaços livres. A imagem da divisa como “terra de ninguém” se altera quando os comerciantes começam a instalar suas bancas e os espaços passam a ter “donos”. Rabossi (2004) ao discutir as apropriações dos espaços de venda nas ruas de Ciudad del Este e ao indagar sobre de quem seria o espaço na rua aponta que:

Tanto mesiteros como fiscais municipais consideram a rua como um espaço público. A diferença é que para os primeiros o público é antes de qualquer coisa de todos, enquanto que para os fiscais o público é antes de mais nada municipal. Se os primeiros enfatizam o coletivo social que constitui o público – entre os quais também estão eles-, os segundos sublinham o sujeito institucional que aparece como titular desse espaço público: a prefeitura. (RABOSSO, 2004, p.118).

Rabossi afirma que as concepções de público que aparecem entre os mesiteros e os fiscais ainda que articuladas a partir de distintas demandas coincidem ao reconhecer que o espaço não se qualifica enquanto uma “propriedade privada individual”. Nas ruas de Pedro Juan Caballero, apesar de não ter informações sobre a forma como os *casilleros* identificavam seus espaços na rua, na nova conjuntura estruturada das lojas a ideia de “propriedade” está presente, como na fala apresentada acima do *casillero* Antônio, e assim é “por direito”. Antes da passagem para o espaço que foi construído,



“possuir” e permanecer nas *casillas*, ainda que em situações precárias era uma estratégia diante da expectativa de concretização do projeto de revitalização da linha proposto em 2008, como observado por Banducci Jr. (2012, p.43).

Acontece que muitos comerciantes, ambicionando um espaço no novo complexo, erguiam novos boxes e passavam a reivindicar a inclusão de seu nome no senso. O projeto promoveu, da mesma forma, o aquecimento do mercado imobiliário no âmbito das *casillas*. Proprietários, com o nome incluído no senso, passaram a comercializar não exatamente suas lojas, mas o direito que elas asseguravam de possuir um espaço no novo “camelódromo” (BANDUCCI JR, 2012, p.43).

Se por um lado, na época das *casillas* nas ruas, comercializava-se o direito de possuir um novo espaço, por outro lado, atualmente se entende que esse espaço pertence a esses *casilleros* por direito, que justamente acreditam que podem vendê-lo ou alugá-lo. Ainda que com a infraestrutura mais precária, o que transparece mediante das conversas com os comerciantes, a instabilidade na ocupação de um espaço público era repassada juntamente ao ponto via aluguel ou venda, ou seja, não havia a certeza de que amanhã ou depois a configuração seria a mesma, de que o município não retiraria o comércio daquele espaço. Com a percepção de formalidade trazida com a revitalização e a construção das lojas há uma estabilidade entendida e concretizada no “possuir”.

A ideia de propriedade em relação ao uso do espaço público ganha ainda suas especificidades nas áreas de fronteira<sup>4</sup>, no caso da efetivação da revitalização da área comercial da linha através da construção dos boxes, o governo federal e local atuaram em conjunto, “no âmbito federal, foram elaboradas propostas para que cada país pudesse ocupar dez metros de cada lado na franja internacional que possui, em média, 25 metros de comprimento” (TORRECILHA, 2013, p.157).

A instalação do novo empreendimento de organização e formalização do comércio na fronteira alterou as características de venda e a maneira dos comerciantes se relacionarem com o espaço da rua. O projeto desenvolvido pelo governo local em conjunto com o governo federal, o apoio financeiro internacional e o envolvimento da comunidade local, ainda que sem um consenso, agradou aos comerciantes por trazer

---

<sup>4</sup> O decreto brasileiro nº 7.763 de 2012 promulgou o acordo de 2008 assinado entre o Governo Federal do Brasil e o Governo do Paraguai de estabelecimento de uma “Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas”. O acordo estabelece que prefeituras e municípios de áreas fronteiriças devem acrescentar em seus respectivos Planos de Desenvolvimento Urbano que a faixa non aedificandi seja destinada exclusivamente a ruas, avenidas, praças e estacionamentos de modo a não prejudicar a visibilidades dos marcos divisionários, a faixa deve respeitar os dez metros de largura de cada lado do limite internacional.



melhorias em termos da estrutura física que carrega determinada afirmativa de legitimidade às vendas.

No Centro Comercial da Fronteira, os boxes foram entregues aos vendedores que ficavam na linha internacional do lado brasileiro da divisa e para os vendedores que ficavam na região do terminal de ônibus de Ponta Porã, que também está localizado no perímetro da linha. O responsável pela administração do Shopping Calçadão Mercosul informou que suas lojas também faziam parte do projeto de revitalização da linha e, a partir de um acordo com a gestão municipal no período da construção do CCF, algumas delas foram desativadas do espaço do SCM e em contrapartida, 40 boxes do CCF foram destinados a esses comerciantes das lojas desativadas.

As pessoas [os comerciantes] assinaram o compromisso de desmembramento da associação, onde eles iriam fazer parte de outra. Pra nós oferecermos o nosso espaço, aonde que foi solicitado pra ter o projeto, que se encontra ali [onde foram desmanchadas as 40 lojas], que é o mesmo que foi feito lá [no CCF], precisaria do espaço e a gente tá preservando esse espaço ali até agora, tá entendendo? Você pode ver que tá vazio lá, entendeu? Foi nós mesmos que desmontamos os box, tudinho. E aí, com o acordo que a gente vinha, teve uma troca de gestão né, e por algo que a gente desconhece se travou tudo de novo. (Administrador SCM, PP, 2018)

Dessa forma os comerciantes que foram para o CCF não possuem mais vínculo com o SCM. Segundo a administração do SCM as demais lojas que ainda hoje estão nas antigas instalações estão numa situação “feia” quando comparadas à nova estrutura estabelecida pela revitalização e que para as coisas caminharem melhor eles aguardam o apoio e investimento da prefeitura.

As construções dos dois lados da divisa se assemelham, os tamanhos das lojas são os mesmos, no entanto do lado paraguaio a construção da estrutura foi realizada de forma desnivelada cerca de 70 cm acima da via pública, enquanto na construção do lado brasileiro a reclamação é de que a construção por não ter sido alicerçada numa base mais elevada, como de Pedro Juan Caballero, não há contenção em caso de chuvas, o que leva as lojas a ficarem tomadas por água com o risco de danificar as mercadorias. Devido às reclamações feitas na prefeitura de Ponta Porã, algumas modificações estão sendo realizadas como uma nova área para escoamento, mas os proprietários não acreditam que isso fará muita diferença.

Sair de um espaço que era entendido pelo proprietário como estruturado, preparado para os dias de chuva, com as artimanhas para guardar a mercadoria, para expor o mercado e chegar num novo modelo de estrutura exigiu uma adaptação na organização e na articulação das vendas. Nos boxes de alimentação do CCF, lembra Leticia (57, PP, 2018), que quando chegou não tinha nada, piso, balcão, pia e pela questão do espaço ser reduzido não coube todo o material de trabalho do seu antigo trailer, que ficava próximo ao terminal de ônibus. Ela avalia que a falta de movimento no último período por conta da alta do dólar coincide com a falta de investimento e melhoria nos atrativos para o CCF por parte da prefeitura, que desde a inauguração, em 2012, não fez os reparos necessários e melhorias nas instalações.

Os vendedores que ocupam a estrutura do CCF precisam assinar um “Termo de Permissão de Uso de Espaço Público” onde constam obrigações e proibições para os “permissionários”, entre elas estão que os boxes não podem ser vendidos, alugados ou cedidos para terceiros, qualquer tipo de alteração na estrutura deve ser feita mediante autorização, os corredores não podem ser ocupados com mercadorias, entre outras. Em caso de não cumprimento das orientações os vendedores se encontram sob pena de revogação da permissão de uso do espaço público, na hipótese de desocupação o prazo é de 30 dias. O termo deixa claro que se o vendedor fizer qualquer tipo de benfeitoria no espaço, ainda que necessária, não haverá qualquer indenização.

A prefeitura de Ponta Porã não cobra taxa dos comerciantes, que pagam o chamado “condomínio”, uma taxa repassada para a presidência da associação com o propósito de manutenção e limpeza dos banheiros e pagamentos de segurança, que não é de responsabilidade da prefeitura. Associação do CCF funciona apenas com o intuito de cuidar da manutenção do espaço e a presidente é eleita pelos comerciantes.

A fiscalização rotineira da prefeitura tem atentado em especial se os boxes estão em funcionamento e se o proprietário está presente ou se cedeu o espaço para outro comerciante. Atualmente a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do município de Ponta Porã responde pelo acompanhamento do CCF, onde uma das funcionárias disse que hoje o centro comercial é muito distinto do que foi planejado, que as pessoas vendem, alugam os boxes, alugam para depósitos. Alguns dos boxes fechados estão em processo judicial no Ministério Público (MP) por conta de coreanos e paraguaios que não tinham a documentação legal no Brasil. Segundo a

funcionária da prefeitura os coreanos e paraguaios obtiveram os espaços mediante compra daqueles que conseguiram os espaços durante a distribuição inicial e tinham assinado o termo de compromisso junto à prefeitura. Um dos problemas nesse caso é que além do espaço não estar no nome daquele que ocupa o box, a falta do documento de migração, impede que os comerciantes estrangeiros tenham direito sobre as lojas conforme mencionou a funcionária. Ao longo do processo junto ao MP, esses comerciantes procuraram tirar a documentação para manter o box, mas, ainda assim, ela acredita que a resposta do MP será negativa.

### **Considerações Finais**

Diante do projeto de revitalização da linha internacional se estabeleceu noções de espacialidade e de ocupação que caracterizaram uma nova dinâmica no comércio popular. Nesse quadro, as diferentes trajetórias dos comerciantes, que se estabelecem de um lado ou de outro da divisa por diferentes razões, revelam alguns elementos que se articulam para se manterem em espaços comerciais, de brasileiros do lado paraguaio da divisa e de paraguaios do lado brasileiro.

A instalação do novo empreendimento de organização e formalização do comércio na fronteira alterou não só as características de venda, como também alterou a imagem da localidade fronteiriça. A composição das lojas na linha internacional apresenta uma ideia de unidade e continuidade do espaço fronteiriço, mas as dinâmicas de uso e o trânsito de brasileiros e paraguaios revelam, ante a preocupação dos governos municipais em controlar e regular os espaços de venda na fronteira, a afirmação dos limites que distinguem as duas localidades.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL, DECRETO Nº 7.763, de 19 de junho de 2012. Promulga o Acordo, por troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 junho 2012.

ALBUQUERQUE, J. L. C; PAIVA, L. F. S. *Entre nações e legislações: algumas práticas de legalidade e ilegalidade na fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru)*. *Ambivalências*, v. 3, n.5, p.115-148, 2015.

APPADURAI Arjun. *Etnopaisagens globais: notas e perguntas para uma antropologia transnacional*. In: \_\_\_\_\_. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa/Portugal: Editorial Teorema, 1996.

\_\_\_\_\_. *Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional*. *Novos estudos CEBRAP*. N. 49, NOVEMBRO 1997, P. 33-46.

BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. *Relações culturais e identidade na fronteira Brasil - Paraguai*. Campinas: UNICAMP, 2012. (Relatório de Estágio de Pós-Doutorado).

DGEEC – *Dirección Genreral de Estadística, Encuestas y Censos. Atlas Central del Paraguay*, 2012.

GRIMSON, Alejandro. *Fronteras, naciones y región*. Quito - Equador. Fórum Social das Américas, 2004.

GOETTERT, Jones Dari. *Ziguezagueando a linha: fronteiras menores em relações entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero*. In: MORETTI, Edvaldo Cesar, MARIANI, Milton A. P. *Estudos fronteiriços: desafios, perspectivas e práticas*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais– COPIS. 2012.

INGOLD, Tim. *Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobrir-caminho e navegação*. *Religião e sociedade*, v. 25, n.1, p.176-110, 2005.

LAMBERTI; Eliana. *Dinâmica comercial no território de fronteira: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero*. Aquidauana/MS: UFMS, 2006. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

MASI, F; PENNER, R; DIETZE, R. *Evaluación del rol de las regiones fronterizas en el proceso de desarrollo económico del Paraguay: tres estudios de casos*. Assunção: Departamento de Economía Internacional Banco Central del Paraguay, 2000.

OLIVEIRA, Tito Carlos M. *Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico- práticos*. In:\_\_\_\_\_ (Org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ. (Tese de Doutorado em Antropologia Social)

TELLES, Vera da Silva. *Ilegalismos urbanos e a cidade*. *Novos estudos Cebrap*, no 84, pp. 153-173, 2009.

TORRECILHA, Maria Lúcia. *A gestão compartilhada como Espaço de Integração na fronteira Ponta Porã (BRASIL) e Pedro Juan Caballero (PARAGUAI)*. São Paulo: USP, 2013 (Tese, Doutorado em Geografia).